



II CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

01. Assinale a alternativa correta.

O princípio da tripartição de poderes foi esboçado, originariamente, por:

- a) John Locke;
- b) Montesquieu;
- c) Aristóteles;
- d) Santo Tomás de Aquino.

02. Assinale a alternativa correta.

As funções típicas desenvolvidas pelos poderes estatais são:

- a) previstas na Constituição e exercidas em caráter preponderante pelos órgãos do Poder;
- b) legislar, executar e julgar, atribuídas com exclusividade, respectivamente, aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- c) aquelas que a lei delega aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para serem exercidas em conjunto com outras, atípicas, expressamente previstas na Constituição;
- d) aquelas que decorrem da natureza do Poder estatal respectivo, independentemente de previsão constitucional.

03. Assinale a alternativa correta.

O Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, será julgado:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) pelo Congresso Nacional;
- c) pelo Senado Federal;
- d) pela Câmara dos Deputados.

04. Assinale a alternativa correta.

O projeto se converte em lei, em seu aspecto formal:

- a) quando aprovado pelo Poder Legislativo;
- b) com a sanção;
- c) com a promulgação;
- d) com a publicação do texto legal.

05. Assinale a alternativa correta.

As emendas à Constituição Federal são promulgadas:

- a) pelo Presidente da República;
- b) pelo Congresso Nacional;
- c) pela Mesa do Senado;



d) pelas Mesas da Câmara e do Senado.

06. Assinale a alternativa correta.

A Constituição Federal, no tocante à estrutura do Poder Judiciário, criou:

- a) Tribunais Superiores e Tribunais Regionais Federais;
- b) Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais;
- c) Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais Eleitorais;
- d) Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais de Alçada.

07. Assinale a alternativa correta.

A lei complementar é:

- a) hierarquicamente superior à lei ordinária;
- b) espécie normativa destinada a especificar dispositivo constitucional de eficácia contida;
- c) expressamente prevista na Constituição para normatizar matérias certas e exige para sua aprovação **quorum** de maioria absoluta;
- d) não hierarquicamente superior à lei ordinária e utilizada para legislar sobre matéria constitucional relevante, a critério do Poder Legislativo.

08. Assinale a alternativa correta.

O princípio do acesso ao Poder Judiciário:

- a) pode ser condicionado ao prévio percurso da instância administrativa;
- b) depende do prévio esgotamento da via administrativa;
- c) só pode ser limitado por lei;
- d) assegura o direito de pleitear a prestação jurisdicional sempre que um direito for lesado ou ameaçado de lesão.

09. Assinale a alternativa correta.

O princípio da ampla defesa:

- a) aplica-se aos processos judiciais e administrativos;
- b) refere-se, apenas, aos processos judiciais;
- c) significa que devem ser assegurados direitos idênticos às partes no processo penal;
- d) estabelece que a propriedade e a liberdade individuais só podem ser restringidas se for obedecido o devido processo legal.

10. Assinale a alternativa correta.

O acesso à carreira diplomática, no Brasil, é facultado:

- a) ao brasileiro nato;
- b) ao brasileiro nato e ao naturalizado;
- c) ao brasileiro nato e ao estrangeiro residente no País há mais de dez anos;
- d) ao brasileiro nato, ao naturalizado e ao português no gozo da reciprocidade de



direitos.

11. Assinale a alternativa correta.

Antônio tem 31 anos de serviço público, existindo lei, à época, que concede direito de aposentadoria aos 30 anos de serviço. Edita-se lei nova que só admite aposentadoria aos 35 anos de serviço público:

- a) Antônio tem direito de aposentar-se, mas fica impedido ante a lei nova;
- b) Antônio não tem direito de aposentar-se, porque não exerceu esse direito sob a vigência da lei antiga;
- c) Antônio tem direito de aposentar-se e pode exercer esse direito sob a vigência da lei nova, com fundamento na lei antiga;
- d) Antônio tem direito de aposentar-se, mas sob a vigência da lei antiga.

12. Assinale a alternativa correta.

Alberto instituiu uma fundação por escritura particular, com finalidade educacional, tendo registrado o instrumento no Cartório de Títulos e Documentos, deixando de mencionar a maneira de administrá-la.

- a) A fundação não está corretamente instituída; todavia, o registro supre a irregularidade, uma vez que a finalidade é válida, sendo possível estipular, “a posteriori”, o modo de administrá-la;
- b) A fundação está corretamente instituída, com registro e finalidade perfeitos, podendo estabelecer-se, “a posteriori”, o modo de administrá-la;
- c) A fundação está corretamente instituída, porque, nela, o essencial é a finalidade;
- d) A instituição fundacional é nula, integralmente, como nulo é o seu registro.

13. Assinale a alternativa correta.

Benedito, maior e capaz, firmou declaração de dívida, em nome de sociedade civil, de que é proprietário de 90% de seu capital, sem ser diretor ou representante; tendo sido, todavia, eleito para o exercício desse único cargo da empresa, no mês seguinte ao de ter firmado dita declaração.

- a) A declaração é anulável, mas eficaz, ante o direito de propriedade de Benedito, que se elegeu diretor, ratificando, com isso, a declaração anterior;
- b) A declaração é nula e ineficaz, tendo em vista que a sociedade manifestou sua vontade por seu verdadeiro proprietário;
- c) A declaração é inexistente e ineficaz, temporariamente, porque Benedito, mesmo proprietário, não pode manifestar sua vontade, enquanto não for diretor da sociedade;
- d) A declaração é inexistente e ineficaz, sem poder ratificar-se, porque a sociedade não manifestou sua vontade.

14. Assinale a alternativa correta.

“A” firmou com “B” um contrato de compra e venda, ficando ambos com o direito de arrepender-se, no prazo de 30 dias, após firmado. Paralelamente, o vendedor emitiu em



favor do corretor, para pagamento de sua comissão, uma nota promissória com vencimento para 40 dias, a partir da assinatura desse contrato. Não houve denúncia do contrato e a nota promissória está vencida, há mais de 10 anos, sem qualquer providência.

- a) Houve decadência do direito de arrependimento e do direito de crédito, e, ainda, prescrição da ação de execução quanto à nota promissória;
- b) Houve prescrição do direito de arrependimento e do direito de crédito, e prescrição da ação ordinária de cobrança desse mesmo crédito;
- c) Houve decadência do direito de arrependimento e prescrição da ação ordinária de cobrança do crédito, quanto à comissão de corretagem;
- d) Houve decadência do direito de arrependimento, prescrição da ação de execução contra devedor solvente, relativa à cobrança da comissão, não tendo ocorrido prescrição da ação ordinária de cobrança dessa mesma comissão.

15. Assinale a alternativa correta.

“A” e “B” obrigaram-se a entregar a “C” e “D” um boi de raça, que fugiu por ter sido deixada aberta a porteira por descuido de “X”, funcionário de “A” e “B”.

- a) A obrigação é indivisível que se tornou divisível pela perda do objeto da prestação, com responsabilidade dos devedores “A” e “B”, pela culpa de “X”, seu funcionário;
- b) A obrigação é solidária, com responsabilidade dos devedores “A” e “B”, por culpa de seu funcionário, ante a perda do objeto da obrigação;
- c) A obrigação é indivisível, tornando-se divisível com o perecimento do objeto, sem culpa dos devedores “A” e “B” e sem responsabilidade destes;
- d) A obrigação é, simplesmente, divisível com o perecimento do objeto da prestação, respondendo objetivamente “A” e “B” pela culpa de seu empregado “X”.

16. Assinale a alternativa correta.

“A”, diretor de uma empresa de transporte, empresta a “B”, em um domingo, um caminhão dessa mesma empresa, para “B” transportar um objeto seu, para Guarujá. Durante o trajeto, “B”, por realizar uma ultrapassagem em local proibido, abalroa e danifica o veículo de “C”.

- a) “A” e “B” devem indenizar os prejuízos de “C”, porque houve culpa “in eligendo” e “in vigilando” de “A”, e negligência de “B”. Trata-se de responsabilidade subjetiva de “A” e de “B”;
- b) “A” e “B” devem indenizar os danos de “C”, porque “A” é responsável objetivamente, por ser diretor da empresa e porque “B” é responsável subjetivamente, por ter agido com culpa;
- c) “A” e “B” devem indenizar, solidariamente, os prejuízos sofridos por “C”, porque são subjetivamente responsáveis;
- d) Somente “B” deve indenizar os prejuízos de “C”, porque foi o único culpado. Trata-se de responsabilidade subjetiva, exclusivamente dele.



17. Assinale a alternativa correta.

Em um contrato de compra e venda, em prestações, houve correção monetária destas, que superou, no total, três vezes o valor do objeto, em razão do grave surto inflacionário. Nesse contrato existe uma cláusula em que insere outro contrato, de corretagem, a possibilitar o pagamento da comissão do corretor.

- a) A contratação é atípica mista com a figura típica da compra e venda e a atípica da corretagem. A inflação provocou alteração, desequilíbrio no contrato de compra e venda, a justificar a aplicação da teoria da imprevisão;
- b) a contratação é típica de compra e venda, com outro contrato atípico simples, entre vendedor e corretor. Não se aplica, no caso, a teoria da imprevisão, ante a inflação apontada;
- c) Há dois contratos, um típico (compra e venda) e outro atípico simples (corretagem), sendo de aplicar-se a teoria da imprevisão, ante o desequilíbrio das prestações;
- d) Há dois contratos separados, sendo de aplicar-se a teoria da imprevisão (cláusula “rebus sic stantibus”), tão só quanto ao desequilíbrio das prestações, no contrato de compra e venda.

18. Assinale a alternativa correta.

“A”, domiciliado em Curitiba, é proprietário de um sítio em Londrina, onde mantém o caseiro “B”. “A” arrendou parte desse sítio a “C”, que plantou, nesse local arrendado, um alqueire de cana.

- a) “A” é possuidor indireto, com “ius possessionis”; “B” é possuidor direto; “C” é possuidor ilegítimo, mas de boa-fé, com direito de retenção sobre a benfeitoria feita;
- b) “A” é possuidor direto, com “ius possidendi”; “B” é possuidor indireto; “C” é possuidor de boa-fé, mas sem direito de retenção pela acessão realizada;
- c) “A” é possuidor indireto, com “ius possidendi”; “B” é detentor; “C” é possuidor legítimo, de boa-fé, com direito de retenção sobre a acessão feita;
- d) “A” é possuidor indireto, com “ius possessionis”; “B” é detentor; “C” é possuidor legítimo, de boa-fé, com direito de retenção pela benfeitoria realizada.

19. Assinale a alternativa correta.

“A”, casado, convive com sua esposa e com sua concubina, “more uxore”, ao mesmo tempo.

- a) Assim como a esposa, a concubina tem direito à meação e a alimentos, em caso de dissolução da sociedade concubinária pura;
- b) Sendo não adúlterino o concubinato, a concubina tem direito a concorrer com a esposa de seu companheiro, em igualdade de condições, tendo direito à pensão alimentícia;
- c) Sendo adúlterino o concubinato, tem a concubina direito à apuração de seus haveres, quanto aos bens adquiridos com esforço comum, sem direito à pensão alimentícia, em caso de dissolução da sua sociedade de fato;
- d) Sendo o concubinato adúlterino, inclusive ilícito penal, não pode gerar quaisquer



efeitos em favor dos adúlteros.

20. Assinale a alternativa correta.

Bernardo faleceu, deixando uma soma de dinheiro depositada em Banco, ações de uma Companhia, dois automóveis e os utensílios domésticos de sua residência.

- a) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel, embora indivisível, até a partilha;
- b) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel e indivisível, até a partilha;
- c) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel e divisível, podendo ser antecipada a partilha;
- d) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel, mas divisível, até a partilha.

21. Assinale a alternativa correta.

A conceituação doutrinária predominante para definir a natureza jurídica de fundo de comércio, no Direito Comercial Brasileiro, é expressa por qual categoria jurídica?

- a) Comunhão;
- b) "Societas";
- c) "Universitas facti";
- d) "Universitas juris".

22. Assinale a alternativa correta.

Em uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, onde haja cotas não inteiramente liberadas, e tendo a sociedade sua falência decretada, quem responderá pela importância que faltar para preencher o valor das cotas?

- a) Os sócios solidariamente;
- b) O sócio remisso;
- c) O sócio gerente;
- d) Nenhum dos sócios.

23. Assinale a alternativa correta.

Uma Sociedade Anônima, constituída com a totalidade de capital público, será que tipo de entidade?

- a) Empresa pública com personalidade jurídica de direito privado;
- b) Empresa pública com personalidade jurídica de direito público;
- c) Empresa mista com personalidade jurídica de direito público;
- d) Empresa pública com personalidade jurídica de direito público e privado.

24. Assinale a alternativa correta.



Pela Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990, quanto à forma, como se classificam as ações de uma Companhia?

- a) Ações ordinárias, ações preferenciais;
- b) Ações ordinárias, ações preferenciais e ações de fruição;
- c) Ações nominativas, ações endossáveis e ações ao portador;
- d) Ações nominativas.

25. Assinale a alternativa correta.

A Sociedade Anônima é administrada por órgãos sociais, que se dividem em: 1) órgãos de deliberação; 2) órgãos de execução; 3) órgãos de controle. Nessa mesma ordem, quais são esses órgãos?

- a) 1) Assembléia Geral Ordinária - Assembléia Geral Extraordinária; 2) Conselho Fiscal; 3) Diretoria - Conselho de Administração;
- b) 1) Assembléia Geral Extraordinária - Assembléia Geral Ordinária; 2) Conselho de Administração - Conselho Fiscal; 3) Diretoria;
- c) 1) Assembléia Geral Extraordinária - Assembléia Geral Ordinária; 2) Diretoria - Conselho de Administração; 3) Conselho Fiscal;
- d) 1) Assembléia Geral Extraordinária - Assembléia Geral Ordinária; 2) Conselho de Administração; 3) Diretoria – Conselho Fiscal.

26. Assinale a alternativa correta.

A Sociedade Anônima pode, por deliberação dos acionistas, sofrer modificações na sua estrutura e configuração societária, transformando o tipo de sociedade, transferindo patrimônio e alterando o corpo acionário. As mudanças trazem características próprias, que são: 1) a operação pela qual a Companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, extinguindo-se a Companhia, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão; 2) a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro; 3) a operação pela qual uma ou mais Sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações; 4) a operação pela qual se unem duas ou mais Sociedades, para formar Sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações. Obedecendo a ordem da questão, quais são os institutos jurídicos mencionados?

- a) Transformação, cisão, fusão e incorporação;
- b) Fusão, cisão, incorporação e transformação;
- c) Cisão, incorporação, transformação e fusão;
- d) Cisão, transformação, incorporação e fusão.

27. Assinale a alternativa correta.

As sociedades comerciais podem ser dissolvidas, liquidadas ou extintas. Apresentam-se, a seguir, diversas situações: 1) Mútuo consentimento de todos os sócios na extinção



da “affectio societatis”; 2) A falência da sociedade; 3) A sociedade dissolvida não perderá sua personalidade jurídica até a realização do seu ativo e passivo; 4) Arquivamento no Registro de Comércio e desaparecimento da personalidade jurídica. Para cada situação apresentada, qual o instituto jurídico correspondente?

- a) Dissolução total; liquidação; extinção; dissolução parcial;
- b) Liquidação; extinção; dissolução parcial; dissolução total;
- c) Extinção; dissolução total; dissolução parcial; liquidação;
- d) Dissolução parcial; dissolução total; extinção; liquidação.

28. Assinale a alternativa correta.

“Arrendamento mercantil ou 'Leasing' é o contrato segundo o qual uma pessoa jurídica arrenda a uma pessoa física ou jurídica, por tempo determinado, um bem comprado pela primeira de acordo com as indicações da segunda, cabendo ao arrendatário a opção de adquirir o bem arrendado findo o contrato, mediante um preço residual previamente fixado.” Diante desse conceito, qual a classificação que se adapta a essa figura contratual?

- a) Contrato unilateral, oneroso, real, por tempo determinado, de execução diferida, impessoal;
- b) Contrato consensual, bilateral, oneroso, por tempo determinado, de execução sucessiva, “intuitu personae”;
- c) Contrato sinalagmático, gratuito, consensual, por tempo determinado, de execução sucessiva, “intuitu personae”;
- d) Contrato comutativo, bilateral, oneroso, de execução instantânea, impessoal.

29. Assinale a alternativa correta.

A apresentação do cheque fora do prazo de 30 dias, ao sacado, ocasiona qual dessas situações?

- a) Priva o portador da ação de execução contra o emitente;
- b) Não priva o portador da ação de execução contra o emitente, os avalistas e os endossadores, desde que não prescrita a ação cambiária;
- c) Priva o portador da ação de execução contra os avalistas e os endossadores;
- d) Priva o portador da ação de execução contra os endossadores.

30. Assinale a alternativa correta.

O alcance, no Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), caracteriza que situação?

- a) A sentença declaratória da falência alcança todos os bens da empresa falida;
- b) Os credores alcançam, por decisão judicial, todos os bens da empresa falida;
- c) Os atos anteriores ao termo legal não serão alcançados pela sentença declaratória da falência;
- d) A retenção indevida de valores da massa pelo síndico.



31. Assinale a alternativa correta.

Na determinação do momento do crime, adotou a reforma penal de 1984 a teoria:

- a) da atividade;
- b) do resultado;
- c) da ultratividade;
- d) mista.

32. Assinale a alternativa correta.

O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime:

- a) isenta o seu autor de pena;
- b) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos;
- c) Atenua a pena;
- d) Diminui a pena de um terço a um sexto.

33. Assinale a alternativa correta.

Verifica-se a remissão quando:

- a) o querelante, por inércia processual, perde o seu direito de continuar a movimentar a ação penal exclusivamente privada;
- b) o juiz, não obstante comprovada a prática da infração penal pelo sujeito culpado, deixa de aplicar a pena em face de justificadas circunstâncias;
- c) a lei penal posterior, que deixa de considerar a conduta como criminosa, retroage em favor do agente e extingue a punibilidade do fato, alcançando a própria pretensão punitiva;
- d) o condenado que cumpre pena nos regimes fechado ou semi-aberto abate, pelo trabalho, parte do tempo da pena que tem a cumprir.

34. Assinale a alternativa correta.

O curso da prescrição interrompe-se:

- a) pelo oferecimento da denúncia ou da queixa;
- b) pelo acórdão que determina ao juiz o recebimento da denúncia ou da queixa;
- c) pelo acórdão que pronuncia o réu;
- d) pelo recolhimento do réu à prisão, para apelar.

35. Assinale a alternativa correta.

Nos crimes contra a honra (arts. 138, 139 e 140 do Código Penal), cometidos contra funcionário público, em razão de suas funções, a ação penal é:

- a) exclusivamente privada;
- b) pública incondicionada;
- c) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça;
- d) pública condicionada à representação do ofendido.

36. Assinale a alternativa correta.



Configura-se o concurso material benéfico:

- a) quando, para alcançar-se o limite legal mínimo de dois anos e fazer-se jus ao livramento condicional, somar-se penas correspondentes a outras infrações;
- b) quando, tendo sido o agente condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a trinta anos, devam elas ser unificadas para atender ao limite legal máximo;
- c) quando, por ter o agente praticado crimes da mesma espécie e em determinadas condições, deva aplicar-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentadas, em qualquer caso, de um sexto a dois terços;
- d) quando a pena resultante do concurso formal, por ser superior a que seria cabível pelas regras do cúmulo material, não pode exceder esta.

37. Assinale a alternativa correta.

O peculato é crime:

- a) omissivo;
- b) formal;
- c) plurissubjetivo;
- d) próprio.

38. Assinale a alternativa correta.

“A”, pretendendo matar Antônio, que se encontrava conversando com Pedro, por erro no uso dos meios de execução, mata Antônio e fere levemente Pedro. Nesse caso, sabendo-se não ter o agente atuado com dolo eventual em relação a Pedro, “A” responde:

- a) por dois homicídios, um consumado e outro tentado, em concurso material;
- b) por homicídio doloso consumado e lesão corporal dolosa, em concurso material;
- c) por homicídio doloso consumado e lesão corporal culposa, em concurso material;
- d) por homicídio doloso consumado e lesão corporal culposa, em concurso formal.

39. Assinale a alternativa correta.

Constitui o tipo legal da concussão:

- a) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;
- b) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente;
- c) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
- d) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

40. Assinale a alternativa correta.



O jurado que, em razão de sua função, aceita promessa de vantagem indevida pratica o crime de:

- a) prevaricação;
- b) corrupção ativa;
- c) corrupção passiva;
- d) concussão.

41. Assinale a alternativa correta.

O princípio da verdade material no processo administrativo implica:

- a) em ser admissível a “reformatio in pejus”, no julgamento do recurso, a não ser em processos sancionatórios ou disciplinares;
- b) em não se admitir o exame de questões tão somente de direito;
- c) necessariamente na produção de prova pericial;
- d) na vinculação da administração às provas produzidas.

42. Assinale a alternativa correta.

O controle da administração pública efetua-se:

- a) internamente e pelo Judiciário;
- b) pelo Judiciário e Tribunais de Contas;
- c) pelo controle interno da própria administração, por meio dos recursos administrativos do Congresso Nacional com auxílio dos Tribunais de Contas, e pelo Judiciário;
- d) pelo controle interno da própria administração, por meio dos recursos administrativos, do Congresso Nacional, com auxílio dos Tribunais de Contas e pelo Judiciário, exceto no que tange aos atos emanados na competência discricionária.

43. Assinale a alternativa correta.

O dano causado por obra pública realizada por empreiteiro será indenizado:

- a) pelo construtor, desde que no contrato conste expressamente tal obrigação, excluindo-se, portanto, a responsabilidade do Estado;
- b) pelo Estado;
- c) pelo Estado e construtor solidariamente;
- d) pelo Estado, cabendo ação regressiva contra o construtor.

44. Assinale a alternativa correta.

A rescisão unilateral do contrato administrativo por conveniência e/ou oportunidade da Administração pode se verificar:

- a) a inteiro critério discricionário da Administração;
- b) a critério da Administração, se houver interesse público qualificado a postulá-la;
- c) tendo por único fundamento a alegação de que a obra não mais interessa;
- d) sem qualquer indenização por força da prevalência do interesse público sobre o particular.



45. Assinale a alternativa correta.

O direito de petição aos Poderes Públicos contra a ilegalidade ou abuso do poder:

- a) somente pode ser exercido por aquele que tenha interesse na relação jurídico-administrativa;
- b) somente pode ser exercido pelo cidadão;
- c) será exercido exclusivamente por servidor público;
- d) é assegurado a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país;

46. Assinale a alternativa correta.

A licitação é inexigível sob fundamento da notória especialização:

- a) quando, a exclusivo critério do administrador, a pessoa a ser contratada é a melhor;
- b) quando somente houver uma pessoa a prestar o serviço;
- c) ao prudente critério do administrador para satisfação do interesse público;
- d) quando houver necessidade para execução do objeto de alguém notoriamente especializado e houver permissivo legal.

47. Assinale a alternativa correta.

O princípio da oficialidade, no processo administrativo, significa que:

- a) o processo administrativo somente se instaura por ofício expedido à autoridade competente;
- b) o processo administrativo somente se instaura por ofício da autoridade competente;
- c) o andamento do processo independe da vontade do particular;
- d) vigora a verdade material.

48. Assinale a alternativa correta.

Emanado ato administrativo que se mostre desprovido de fundamentos de validade, deve o administrador:

- a) invalidá-lo, com efeito “ex tunc”, porque os atos inválidos não geram direitos;
- b) saneá-lo, convalidando-o;
- c) proceder a seu saneamento, convalidando - o quando possível, ou se não o for, invalidá-lo;
- d) invalidá-lo com efeito “ex nunc” para respeito aos direitos adquiridos.

49. Assinale a alternativa correta.

Reconhece-se a existência de competência discricionária quando o administrador:

- a) puder escolher livremente o ato a praticar;
- b) puder praticar ou deixar de praticar ato previsto em lei;
- c) puder praticar o ato livremente sem submetê-lo ao controle jurisdicional;
- d) puder praticar o ato com certa margem de liberdade atentando à finalidade da regra jurídica.

50. Assinale a alternativa correta.



Praticado ato pela Administração Pública ou pelas pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, que cause dano aos administrados, cabe:

- a) indenização, inclusive por dano moral, se o dano causado for especial, anormal e certo, e não decorrente de ato ilícito;
- b) indenização, não incluído o dano moral, se o ato praticado pela Administração houver sido ilícito;
- c) indenização, inclusive por dano moral, se o dano causado for especial, certo e anormal, quer seja decorrente de ato lícito ou ilícito;
- d) sempre indenização por atos lícitos e ilícitos, caso o prejuízo seja comprovado.

51. Assinale a alternativa correta.

Não contestada a ação pela Fazenda Pública e declarada sua revelia, deve o juiz:

- a) dar como verdadeiros os fatos alegados pelo autor;
- b) prosseguir na instrução para comprovação das alegações do autor;
- c) se houver prescrição, declará-la desde logo;
- d) julgar antecipadamente a lide.

52. Assinale a alternativa correta.

Os direitos difusos e coletivos podem ser defendidos:

- a) exclusivamente pelo mandado de segurança coletivo;
- b) exclusivamente pela ação civil pública, pelo mandado de segurança coletivo e pela ação popular;
- c) exclusivamente pela ação civil pública e mandado de segurança individual;
- d) por qualquer ação, de rito ordinário ou especial, desde que haja legitimidade para agir.

53. Assinale a alternativa correta.

Cabe julgamento antecipado da lide, quando:

- a) a questão for somente de direito, ou se de direito e de fato, já se encontrar suficientemente esclarecida, ainda que requerida prova;
- b) a questão for de direito e as provas já produzidas forem suficientes ao livre convencimento do juiz;
- c) o juiz indeferir a prova pleiteada;
- d) a questão for de direito, ou se dependente de prova, já se encontrar suficientemente esclarecida, mesmo que determinadas provas ainda não tenham sido realizadas.

54. Assinale a alternativa correta.

No mandado de segurança cabe ao juiz conceder a liminar motivadamente e suspender o ato constritor:

- a) mesmo que haja controvérsia quanto aos fatos;
- b) quando haja ameaça de lesão, forem relevantes os fundamentos, ainda que a medida seja antecipação do pedido, e inexistir controvérsia de fato;



- c) apenas quando haja ameaça de lesão pecuniária e o direito se afigure relevante e não seja satisfatória;
- d) quando a matéria de direito não comportar controvérsia, houver relevante fundamento e ameaça de lesão irreparável, se não concedida.

55. Assinale a alternativa correta.

Recebida ação civil pública com pedido de liminar, enviada por outro juiz que se considerou incompetente, se também se der por incompetente, deverá o juiz:

- a) remeter os autos imediatamente de volta ao primeiro juiz;
- b) declarar sua incompetência e extinguir o processo;
- c) conceder a liminar, se for o caso, e suscitar conflito negativo de competência;
- d) suscitar conflito negativo de competência.

56. Assinale a alternativa correta.

O mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade previdenciária localizada em comarca do interior, em conformidade com jurisprudência dominante, deve ser interposto:

- a) na justiça estadual;
- b) na justiça estadual, quando não houver, no local, vara federal;
- c) na seção judiciária federal competente;
- d) na justiça estadual, se o autor também tiver domicílio, no interior.

57. Assinale a alternativa correta.

A sentença de mandado de segurança coletivo, interposto por partido político, é eficaz com relação:

- a) aos filiados do partido;
- b) àqueles que estiverem discriminados na petição inicial;
- c) a todos aqueles que estiverem dentro da situação;
- d) somente atingirá a todos os que estiverem na mesma situação, se for concessiva.

58. Assinale a alternativa correta.

Reclamam fundamentação sob pena de nulidade:

- a) os despachos e as sentenças;
- b) todas as prestações jurisdicionais, inclusive os despachos e as decisões interlocutórias;
- c) exclusivamente as decisões interlocutórias e as sentenças;
- d) todas as prestações jurisdicionais de caráter decisório.

59. Assinale a alternativa correta.

Declara-se a nulidade de ato processual praticado desconformemente:

- a) qualquer que seja o resultado obtido;
- b) se não obtiver qualquer resultado;



- c) sempre, ainda que não haja prejuízo para as partes;
- d) apenas quando a nulidade for insanável, ou, nas hipóteses em que o ato não alcançou o fim colimado.

60. Assinale a alternativa correta.

A intervenção da União em desapropriação movida pelo Município contra particular:

- a) desloca a competência para a Justiça Federal;
- b) desloca a competência para a Justiça Federal somente se se efetivar por meio de oposição;
- c) deverá ser preliminarmente decidida pela Justiça Estadual;
- d) continuará a correr na Justiça Estadual.

61. Assinale a alternativa correta.

Aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) os crimes contra economia popular e o sistema financeiro;
- b) os crimes praticados por estrangeiros;
- c) os crimes ecológicos e os praticados contra indígenas;
- d) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

62. Assinale a alternativa correta.

Da decisão que julga deserta a apelação:

- a) cabe agravo;
- b) cabe recurso em sentido estrito;
- c) cabe carta testemunhável;
- d) não cabe recurso.

63. Assinale a alternativa correta.

Da decisão do juiz que rejeita exceção de incompetência:

- a) cabe apelação;
- b) cabe agravo de instrumento;
- c) cabe recurso em sentido estrito;
- d) não cabe recurso.

64. Assinale a alternativa correta.

Cabe recurso de ofício da decisão que:

- a) concede “habeas corpus”;
- b) nega habeas corpus”;
- c) concede perdão judicial;
- d) determina o arquivamento de inquérito policial por crime de tráfico de entorpecentes.

65. Assinale a alternativa correta.



No processo penal, o juiz pode:

- a) determinar de ofício o arquivamento do inquérito policial;
- b) rejeitar a denúncia em sede de “habeas corpus”, depois de tê-la recebido;
- c) reconsiderar o despacho que recebeu a denúncia por crime de descaminho;
- d) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia, ainda que importe em aplicação de pena mais grave.

66. Assinale a alternativa correta.

Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público:

- a) não pode ser proposta ação civil de reparação do dano causado pelo delito;
- b) sem novas provas, não pode o inquérito ser desarquivado e a ação penal iniciada;
- c) não pode a ação penal ser, em qualquer caso, iniciada, por força da coisa julgada material;
- d) será cabível ação penal privada subsidiária da pública.

67. Assinale a alternativa correta.

Nos crimes de imprensa, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz:

- a) oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem;
- b) determinará a citação do réu para que apresente defesa prévia no prazo de cinco dias;
- c) receberá ou rejeitará desde logo a denúncia ou queixa;
- d) designará data para a apresentação do réu em juízo, a fim de ser qualificado.

68. Assinale a alternativa correta.

O processo e julgamento do crime de tráfico internacional de entorpecentes compete:

- a) à Justiça Estadual;
- b) à Justiça Federal;
- c) à Justiça Estadual, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal;
- d) à Justiça Militar.

69. Assinale a alternativa correta.

Sentença condenatória, datada de 12 (doze) de fevereiro, foi entregue, no dia 17 (dezessete) do mesmo mês, pelo juiz ao diretor da secretaria, que a deu por publicada no dia 26 (vinte e seis) seguinte. Para todos os efeitos dessa sentença, qual a data que deve prevalecer como de sua publicação?

- a) 12 (doze) de fevereiro;
- b) 17 (dezessete) de fevereiro;
- c) 26 (vinte e seis) de fevereiro;
- d) nenhuma das datas acima é correta.



70. Assinale a formulação correta.

- a) no processo penal, não se aplica o princípio da identidade física do juiz;
- b) se somente o Ministério Público apelou da sentença condenatória, visando à agravação da pena ao réu imposta, não pode o tribunal absolvê-lo;
- c) é inadmissível mandado de segurança em matéria penal;
- d) na Justiça Federal, subsiste o tribunal do júri, com competência para o julgamento de certos crimes contra a economia popular.

71. Assinale a alternativa correta.

Tributo cuja base de cálculo seja o valor de uma coisa de propriedade do contribuinte é:

- a) imposto;
- b) taxa de serviço;
- c) contribuição;
- d) taxa de polícia.

72. Assinale a alternativa correta.

Lei que crie tributo tendo por base de cálculo o embelezamento de uma área urbana é:

- a) contribuição de melhoria;
- b) imposto com destinação específica;
- c) taxa;
- d) imposto inconstitucional.

73. Assinale a alternativa correta.

Lei ordinária que crie imposto federal destinado à seguridade social:

- a) deverá ter como hipótese de incidência atividade previdenciária;
- b) poderá ter hipótese de incidência de impostos federais previstos na Constituição Federal;
- c) terá eficácia no exercício seguinte;
- d) será inconstitucional por não ser lei complementar.

74. Assinale a alternativa correta.

As taxas de polícia deverão ser graduadas:

- a) pela capacidade econômica do contribuinte;
- b) pela intensidade e freqüência da atividade estatal que as enseja;
- c) pelo patrimônio das pessoas;
- d) por critérios de parafiscabilidade.

75. Assinale a alternativa correta.

As contribuições de intervenção no domínio econômico deverão:

- a) ser exigidas, por lei ordinária, aos agentes econômicos da área intervinda;
- b) ser exigidas por lei ordinária, observado o princípio da capacidade contributiva;
- c) por lei complementar observado o princípio da capacidade contributiva;



d) por lei complementar aos agentes econômicos da área intervinda.

76. Assinale a alternativa correta.

O princípio da legalidade não se aplica à instituição dos seguintes impostos:

- a) importação e exportação;
- b) produtos industrializados;
- c) os mencionados em a e b e mais o sobre operações financeiras;
- d) não há exceções ao princípio da legalidade.

77. Assinale a alternativa correta.

Taxa, cuja obrigação tributária nasce de prestação de serviços públicos, tem por base de cálculo o valor de coisa pertencente ao contribuinte e é designada tarifa:

- a) é devida, por ser constitucional;
- b) é indevida por designar-se tarifa;
- c) é devida por fundar-se em serviço público;
- d) é indevida por impropriedade da base de cálculo.

78. Assinale a alternativa correta.

Lei complementar cria um imposto sobre grandes fortunas e um contribuinte alega não ser eficaz tal lei por falta de lei complementar prévia, na forma do art. 146, III, da Constituição Federal de 1988. Sua alegação:

- a) procede, porque toda lei de imposto depende dessa lei complementar prévia;
- b) procede, porque esta lei depende de lei complementar prévia;
- c) não procede, porque esta lei complementar não tem sua validade dependente de lei complementar prévia;
- d) nenhuma resposta anterior.

79. Assinale a alternativa correta.

Lei que cria unidade fiscal de correção de débitos tributários quanto aos aspectos quantitativos:

- a) deve fixar exaustivamente os parâmetros de correção;
- b) pede fixar só os parâmetros gerais, deixando ao regulamento sua complementação;
- c) deve observar o princípio de seletividade de alíquotas;
- d) deve respeitar a capacidade econômica dos contribuintes.

80. Assinale a alternativa correta.

Decreto federal reduz o prazo de recolhimento do imposto sobre a renda. É:

- a) constitucional, porque a matéria não está abrangida pelo princípio da legalidade;
- b) inconstitucional, porque o prazo integra as exigências do princípio da legalidade;
- c) constitucional, se a delegação legal for expressa;
- d) constitucional, se observa o princípio da anterioridade.



81. Assinale a alternativa correta.

Lei de I.P.I., ao prever alíquotas:

- a) deve fixar mínima e máxima e condições de variação;
- b) pode fixar só a mínima relegando ao Executivo a máxima;
- c) pode fixar só a máxima relegando ao Executivo a mínima;
- d) pode deixar ao regulamento a disciplina da matéria, desde que este observe a essencialidade do produto.

82. Assinale a alternativa correta.

Lei estabelece que decreto pode livremente alterar prazo de pagamento de tributo:

- a) a lei é inconstitucional, porque decreto só pode reduzir tal prazo;
- b) a lei é inconstitucional, porque decreto só pode ampliar tal prazo;
- c) é inconstitucional, porque decreto não pode tratar dessa matéria sem parâmetros;
- d) é constitucional porque há expressa delegação da própria lei.

83. Assinale a alternativa correta.

Lei estabelecendo unidade fiscal de correção de imposto de renda:

- a) só incide sobre obrigação posteriormente nascida;
- b) aplica-se a débitos anteriores, desde que já lançados;
- c) incide ilimitadamente sobre quaisquer débitos;
- d) pode aplicar-se no próprio exercício em que publicada, desde que antes do lançamento.

84. Assinale a alternativa correta.

O servidor público da Administração Direta ou Indireta, de qualquer das três esferas de governo é:

- a) excluído do Regime Geral de Previdência Social;
- b) participante do Regime Geral de Previdência Social, mas se aposenta com proventos integrais;
- c) não integrante do Regime Geral de Previdência Social, pois possui sistema próprio de Previdência;
- d) excluído do Regime Geral de Previdência Social apenas naqueles casos em que esteja contemplado em sistema próprio de Previdência Social.

85. Assinale a alternativa correta.

Preenchidos todos os requisitos legais para a concessão do benefício previdenciário, o direito ao seu gozo prescreve:

- a) em cinco anos por se tratar de crédito contra a Fazenda Pública;
- b) em doze meses sem contribuição, pois, há a perda da qualidade de segurado;
- c) em vinte anos;
- d) não há prescrição do direito, apenas das prestações abrangidas pela prescrição quinquenal.



86. Assinale a alternativa correta.

O valor não recebido em vida pelo segurado, será pago:

- a) aos seus dependentes;
- b) aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento;
- c) aos dependentes ou, na falta destes, aos sucessores;
- d) à esposa e aos filhos.

87. Assinale a alternativa correta.

Nas ações relativas a prestações previdenciárias, as apelações interpostas pela Previdência Social serão:

- a) recebidas nos efeitos devolutivo e suspensivo;
- b) recebidas exclusivamente no efeito devolutivo;
- c) recebidas no efeito devolutivo ficando e suspensivo condicionado ao valor da causa;
- d) recebidas no efeito devolutivo ficando o suspensivo condicionado à interposição de agravo retido.

88. Assinale a alternativa correta. A renda mensal vitalícia:

- a) deixou de integrar o elenco dos benefícios da Previdência Social;
- b) continua a integrar o elenco dos benefícios da Previdência Social, até que seja regulamentado o dispositivo constitucional que cuida da matéria;
- c) só é devida ao filiado à Previdência Social por, no mínimo, doze meses consecutivos;
- d) não pode ser acumulada com qualquer outro benefício previdenciário, exceto a aposentadoria por invalidez.

89. Assinale a alternativa correta.

A dependência econômica do companheiro da segurada, para fins de gozo de benefício previdenciário:

- a) depende de comprovação;
- b) é legalmente presumida;
- c) não é admitida;
- d) só é admitida em caso de incapacidade definitiva.

90. Assinale a alternativa correta.

São objetivos constitucionais da Seguridade Social:

- a) assegurar os direitos relativos ao trabalhador que se inativa temporária ou definitivamente;
- b) assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- c) assegurar os direitos relativos à infância, à juventude e à velhice;
- d) assegurar os direitos relativos ao filiado à Previdência Social nos casos de incapacidade, morte, velhice, maternidade, reclusão e desemprego involuntário.



91. Assinale a alternativa correta.

Respondem pelo financiamento da Seguridade Social:

- a) trabalhadores, empregadores e União;
- b) trabalhadores e empregadores;
- c) União, Estados, Distrito Federal, Municípios, trabalhadores, empregadores e concursos de prognósticos;
- d) trabalhadores, empregadores, e, União, Estados, Distrito Federal e Municípios se não tiverem sistema próprio de Previdência Social.

92. Assinale a alternativa correta.

O trabalhador rural:

- a) está incluído no Regime Geral da Previdência Social;
- b) possui regime próprio de previdência, o FUNRURAL;
- c) não é contemplado em nenhum regime de previdência, estando sua situação, apenas, disciplinada na Constituição;
- d) só estará incluído no Regime Geral da Previdência Social se empregado de empresa agro-industrial.

93. Assinale a alternativa correta.

A competência para julgar mandado de segurança impetrado contra Superintendente Regional do Instituto Nacional do Seguro Social é:

- a) dos Juízes Estaduais;
- b) dos Juízes Federais;
- c) dos Tribunais Regionais Federais;
- d) dos Juízes Estaduais se a Comarca não for sede de Vara da Justiça Federal.

94. Assinale a alternativa correta.

O filho de alemão e de brasileira, nascido na Itália, onde a mãe estava a serviço do Brasil, é:

- a) italiano;
- b) brasileiro naturalizado;
- c) alemão;
- d) brasileiro nato.

95. Assinale a alternativa correta.

André, nascido na Suíça mas brasileiro naturalizado, tendo praticado crime no exterior, pode ser extraditado a pedido do país estrangeiro onde se deu o delito?

- a) sim;
- b) não;
- c) sim, desde que o delito tenha sido praticado antes da naturalização;
- d) sim, desde que o crime seja de natureza política.



96. Assinale a alternativa correta.

A sentença condenatória penal estrangeira pode ser homologada no Brasil para:

- a) obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis;
- b) sujeitar o condenado exclusivamente ao cumprimento de pena de prisão simples;
- c) sujeitar o condenado ao pagamento de multa;
- d) obrigar o condenado à reparação do dano, desde que haja pedido da parte interessada.

97. Assinale a alternativa correta.

Os litígios entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado e o Distrito Federal ou o Território são julgados:

- a) pelos juízes estaduais ou federais, conforme o caso;
- b) exclusivamente pelos juízes federais;
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) pelo Supremo Tribunal Federal.

98. Assinale a alternativa correta.

São brasileiros natos mediante opção após alcançarem a maioridade:

- a) os nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, que venham residir no Brasil antes da maioridade;
- d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil e venham residir no Brasil antes da maioridade.

99. Assinale a alternativa correta.

Qual foi o princípio adotado pelo contribuinte brasileiro para definir a nacionalidade?

- a) do solo;
- b) do sangue;
- c) predominantemente o do solo;
- d) predominantemente o do sangue.

100. Assinale a alternativa correta.

José, português, morreu nos Estados Unidos. Ao falecer, deixou bens situados no Brasil. Neste caso, pergunta-se qual a autoridade judicial competente para proceder ao inventário:

- a) de Portugal;
- b) dos Estados Unidos;
- c) do Brasil, com exclusão de qualquer outra;
- d) qualquer uma à livre escolha do herdeiro.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do II Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	C	21	C	41	A	61	D	81	A
2	A	22	A	42	C	62	B	82	C
3	C	23	A	43	D	63	D	83	A
4	C	24	D	44	B	64	A	84	D
5	D	25	C	45	D	65	D	85	D
6	B	26	D	46	D	66	B	86	C
7	C	27	**	47	C	67	B	87	B
8	D	28	B	48	C	68	C	88	B
9	A	29	**	49	D	69	B	89	B
10	A	30	D	50	C	70	A	90	B
11	C	31	A	51	B	71	A	91	C
12	D	32	B	52	D	72	**	92	A
13	D	33	D	53	A	73	D	93	B
14	D	34	C	54	B	74	B	94	D
15	A	35	D	55	C	75	A	95	C
16	C	36	D	56	C	76	D	96	D
17	B	37	D	57	D	77	D	97	D
18	C	38	D	58	D	78	C	98	C
19	C	39	D	59	D	79	A	99	*
20	B	40	C	60	B	80	B	100	C

(*) Questão anulada por decisão da Comissão de Concurso, sendo atribuído o ponto correspondente a todos os candidatos.

(**) Questões anuladas por decisão da Comissão de Concurso, por ocasião da interposição de recursos, sendo atribuídos os pontos correspondentes a todos os candidatos.